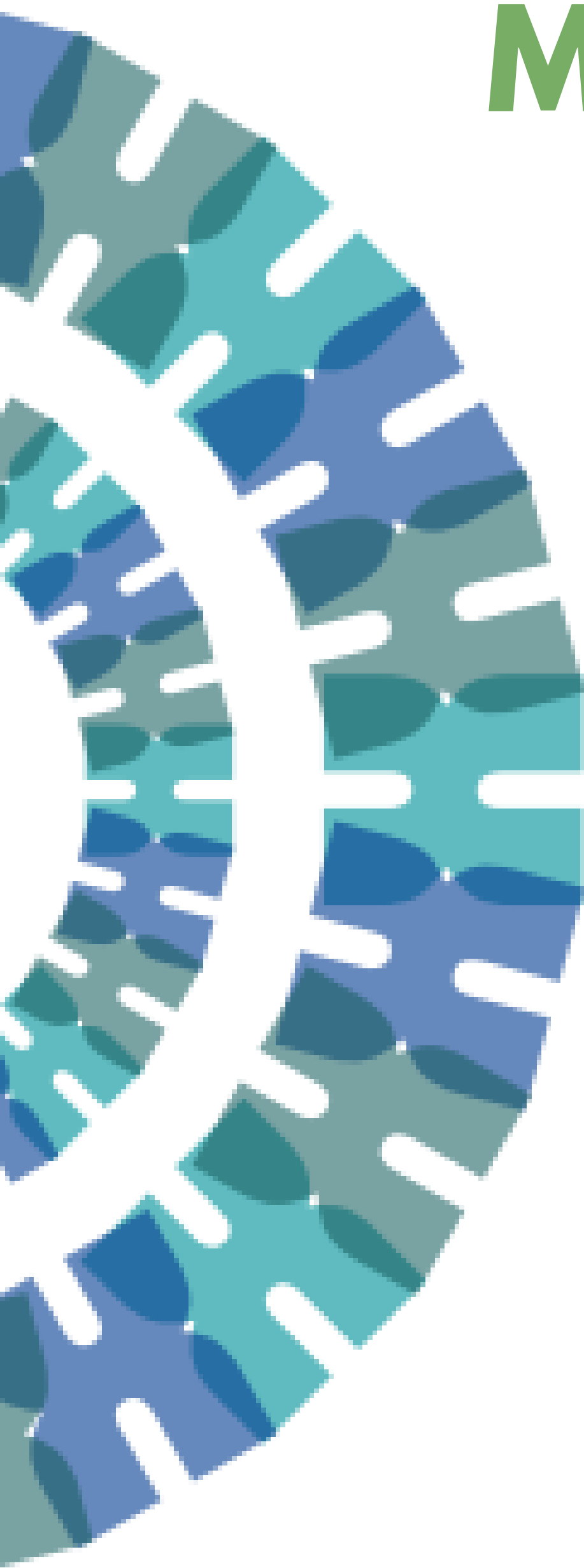
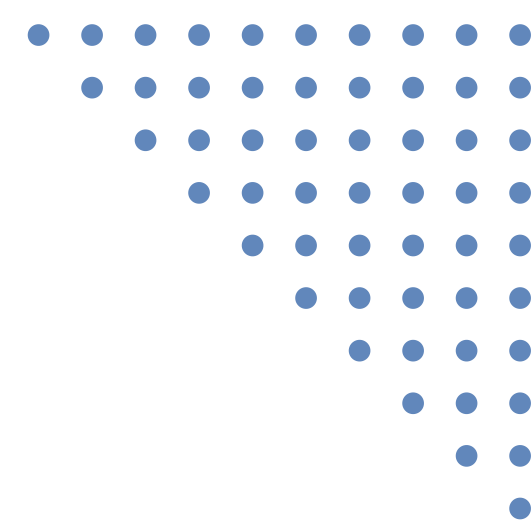


2025



MONITORAMENTO DIGITAL DA CENSURA: TENDÊNCIAS E DISCURSOS ONLINE (2024– 2025) REPORT



OBCCOM

Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

R175m

Ramos, Daniela Osvald

Monitoramento digital da censura : [recurso eletrônico] tendências e discursos online (2024-2025) / Daniela Osvald Ramos, Vitoria Paschoal Baldin. -- São Paulo : ECA-USP, 2025.

PDF (12 p.) : il. color.

ISBN 978-85-7205-313-6

1. Censura. 2. Liberdade de expressão. 3. Comunicação digital. 4. Plataforma digital. 5. Monitoramento online. I. Baldin, Vitoria Paschoal. II. Título.

CDD 23.ed. – 363.31

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado CRB-8/6194

Monitoramento Digital da Censura: Tendências e Discursos Online (2024–2025)

22 de agosto de 2025

Vitória Paschoal Baldin¹

Daniela Osvald Ramos²

Introdução

A disputa em torno do conceito de censura tem se intensificado no Brasil contemporâneo, especialmente em meio à consolidação das plataformas digitais como arenas centrais de debate público. Entre agosto de 2024 e agosto de 2025, observou-se uma explosão de



conteúdos digitais que mobilizam o termo “censura” para denunciar supostas violações de liberdade de expressão, sobretudo em torno de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), de investigações envolvendo figuras da extrema-direita e de embates regulatórios com plataformas como X (ex-Twitter). A partir dos dados extraídos do monitoramento automatizado de postagens realizado no âmbito do *Data Sprint* “Social Listening: o que revelam as conversas

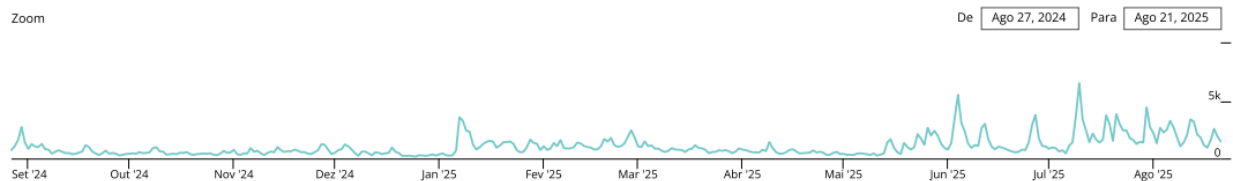
¹ Mestre e Doutoranda no Programa de Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA/USP. Email: vitoria.pbaldin@gmail.com

² Professora titular do Programa de Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA/USP. Email: dosvald@gmail.com

online?”, organizado por grupos de pesquisa da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP)³ contendo o termo “censura”, entre agosto de 2024 e agosto de 2025, observa-se a centralidade dessa categoria não apenas como marcador semântico, mas como operador estratégico de mobilização política e simbólica, particularmente por setores da extrema direita. Os dados extraídos da base de monitoramento da Stilingue, com mais de **380 mil publicações** coletadas, oferecem um ponto de partida para compreender como esse conceito é performado, ressignificado e instrumentalizado nas redes. A coleta é realizada por meio de técnicas de raspagem em um conjunto heterogêneo de plataformas, que inclui blogs, artigos jornalísticos e seus respectivos comentários, publicações e interações (postagens, comentários e grupos) no Facebook, no Instagram, no Twitter/X, no YouTube, no Tumblr e em fóruns, Google+, Bluesky, Reclame Aqui, além de menções em veículos de imprensa, rádio e televisão disponibilizadas digitalmente.

Os dados coletados permitem analisar como a questão da censura se reconfigura no ecossistema digital, marcado pela plataformização (Helmond, 2015), pela lógica algorítmica de visibilidade (Gillespie, 2018) e pelo tensionamento entre regulação institucional e a ideia de liberdade irrestrita de expressão. Este relatório, portanto, propõe uma leitura que conecta os números do *social listening* a uma bibliografia crítica sobre estudos da comunicação digital, antropologia da mídia e teoria política da liberdade de expressão.

EVOLUÇÃO NO TEMPO



Para a elaboração deste relatório, adotou-se uma abordagem de pesquisa digital baseada em social listening, com foco na análise das manifestações, discussões e percepções sobre o tema “censura” em plataformas digitais. A metodologia foi estruturada em três etapas principais: definição de parâmetros, coleta de dados e análise qualitativa e quantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio da plataforma Stilingue pelo sistema Radar, uma ferramenta especializada em monitoramento e análise de redes sociais, blogs, fóruns e portais de notícias. Esta plataforma possibilita a captura de menções, tendências e sentimentos

³ Evento organizado pelo grupo de pesquisa Smart Media Users (<https://smartmediausers.org/events/>) na figura do Prof. Dr. Alan Angelucci, em colaboração com o grupo InfluCom, OBCOM, Lélia Observatório de Raça, Gênero e interseccionalidades na Mídia e COM+ na III Semana de Cultura e Extensão da ECA.

relacionados a termos específicos em larga escala, permitindo um mapeamento detalhado do discurso online.

Panorama Quantitativo

O monitoramento evidencia um cenário dominado por menções negativas: 89% das publicações associadas ao termo “censura” carregam sentimento negativo, contra apenas 10% positivas. Isso sugere que, na percepção no ambiente digital, o termo é mobilizado como acusação e denúncia.

Outro dado central é a representatividade dos emissores:

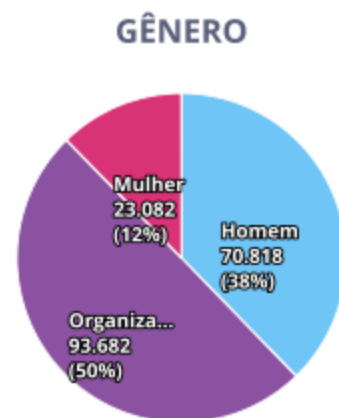
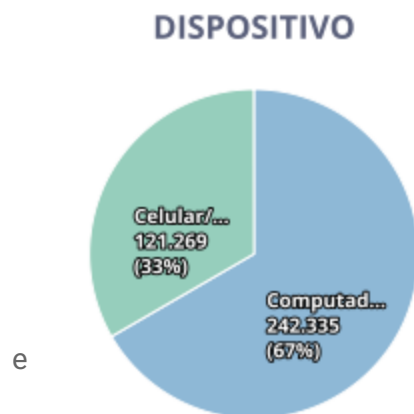
50% das menções são feitas por organizações (incluindo veículos de mídia e instituições políticas), enquanto 38% vêm de homens e apenas 12% de mulheres. Essa distribuição reforça a assimetria de vozes no debate, com forte predominância de atores institucionais e de um

recorte de gênero que repete exclusões históricas na esfera pública (Fraser, 1990).

Do ponto de vista da

circulação, os **principais publicadores** são veículos como Gazeta do Povo, G1, Jovem Pan News e GloboNews, mas também figuras políticas. A presença de veículos como **G1** e **GloboNews** mostra que a imprensa profissional mantém papel relevante na cobertura do tema. No entanto, sua abordagem tende a enfatizar o viés institucional e jurídico,

sobretudo em torno da repercussão de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e das medidas regulatórias que envolvem plataformas digitais. O enquadramento jornalístico segue o que Gaye Tuchman (1978) chamou de “rituais da objetividade”, procurando apresentar a censura como fato a ser narrado de maneira equilibrada. Já a **Gazeta do Povo**, veículo historicamente alinhado a pautas conservadoras, atua como espaço de legitimação discursiva da crítica à regulação estatal, aproximando-se frequentemente das narrativas da direita política. O **Jovem Pan News**, por sua vez, transformou-se nos últimos anos em uma espécie de *hub* midiático da extrema-direita brasileira, promovendo conteúdos que reiteram a visão de que há um “complexo industrial de censura” operado pelo STF e por ministros como Alexandre de Moraes.



Organiza...

93.682
(50%)

Mário Frias, ex-secretário especial da Cultura no governo Bolsonaro, mantém forte presença digital, alinhando-se a um discurso de resistência contra o que chama de “supressão de valores conservadores”. **Bia Kicis**, deputada federal, é outra figura recorrente. Sua presença reflete a estratégia bolsonarista de ocupar o debate público digital por meio de parlamentares, com postagens que constantemente associam ações do STF à censura. Ela atua como mediadora entre a institucionalidade do Legislativo e a lógica performática das redes, convertendo disputas jurídicas em slogans de engajamento. Suas atuações são típicas do que Cammaerts (2018) descreve como *resonant voice*, que mobiliza afetos para sustentar comunidades

políticas no ambiente digital. Nesses casos, a **frequência das postagens** é o fator-chave: mesmo que nem todas atinjam grande repercussão, a constância ajuda a manter a censura como tema fixo na agenda digital.

PRINCIPAIS PUBLICADORES



gazetadopovo



portalg1



jovempannews



globonews



mariofriasoficial



ptbrasil



midianinja



infomoney



biakicis

Publicadores de alto alcance: Jair Bolsonaro e a política-influência

Entre os atores individuais, **Jair Bolsonaro** é o principal propagador de conteúdos relacionados à censura, acumulando milhões de interações em postagens que denunciam supostos abusos do Judiciário ou defendem sua posição como vítima de perseguição política. Ainda que não apareça entre os “principais publicadores” por volume, Jair Bolsonaro domina o ranking de alcance e engajamento. Suas postagens ultrapassam centenas de milhares de curtidas e

dezenas de milhares de compartilhamentos, com repercussão na casa dos milhões de visualizações.


A visualização desse vídeo não é permitida.

 [Assista o vídeo na rede social](#)



bolsonarosp

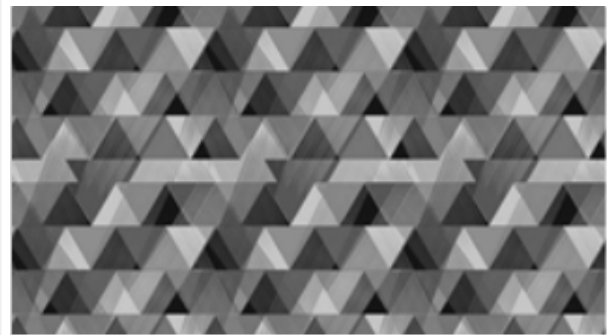
31/07/2025

Idioma Português

Que surra! Porta-voz do State Departament, Tommy Pigott expõe abusos de Moraes ao mundo, o modus operandi da tirania, peça essencial do Complexo Industrial de Censura brasileiro.

 151K  N/D  6K  N/D  6M

Dados atualizados: 31/07/2025



jairmessiasbolsonaro

18/03/2025

Idioma Português

- A obsessão de Moraes com Eduardo Bolsonaro (bolsonarosp) já é conhecida há muito tempo. Grças à reportagem corajosa de Glenn Greenwald que expôs os bastidores da censura no Brasil, hoje o

 114K  N/D  3K  N/D  26M

Dados atualizados: 18/03/2025

Isso revela a distinção fundamental entre quantidade e capacidade de ressonância. Isto é, Frias e Kicis repetem insistentemente a narrativa da censura, mantendo-a em circulação constante. Bolsonaro, por sua vez, concentra picos de engajamento, funcionando como nó central de legitimação dessa narrativa.

Sua comunicação se alinha ao conceito de político-influenciador (Gerbaudo, 2018), no qual o líder não precisa falar sempre, mas quando fala gera repercussão massiva. O resultado é que Bolsonaro molda a interpretação dominante sobre censura, mesmo não sendo o ator mais frequente em número de postagens.

A leitura dos dados sugere que o debate digital sobre censura no Brasil se estrutura em dois níveis interdependentes. No primeiro, há um nível de manutenção discursiva, no qual atores como Mário Frias, Bia Kicis e veículos de comunicação alinhados à direita produzem volume de conteúdo e garantem que o tema permaneça ativo no fluxo das redes. Essa constância opera

como uma espécie de “ruído de fundo”, mantendo a censura em circulação contínua e reforçando sua presença como pauta central do campo político digital. No segundo, observa-se um nível de explosão e ressonância, protagonizado por Jair Bolsonaro. Ainda que menos frequente em termos de postagens, o ex-presidente é capaz de produzir conteúdos que funcionam como a “palavra final”, concentrando altos índices de engajamento e transformando a discussão em tendência. O que emerge dessa dinâmica é uma complementaridade estratégica: a força do bolsonarismo digital não reside unicamente na centralidade de seu líder, mas na atuação coordenada de um ecossistema de vozes que alimentam, repetem e amplificam a narrativa da censura. Assim, Bolsonaro atua como vértice simbólico de uma rede



que depende tanto da persistência de aliados para manter o tema vivo quanto de sua capacidade de converter esse acúmulo em momentos de visibilidade massiva.

É importante destacar que os atores envolvidos no debate sobre censura não atuam isoladamente, mas em uma relação estreita com as dinâmicas técnicas e econômicas das plataformas digitais. O caso de Jair Bolsonaro é ilustrativo: embora não figure entre os principais publicadores em volume de postagens, o engajamento massivo de suas mensagens revela como os algoritmos de redes sociais privilegiam conteúdos com alto potencial de polarização, como já apontava Zeynep Tufekci (2017). A lógica algorítmica, orientada pela maximização de atenção e engajamento, não apenas reproduz, mas intensifica narrativas de denúncia e vitimização, convertendo acusações de censura em produtos altamente circuláveis e rentáveis dentro do ecossistema digital.

Outro aspecto relevante é a tentativa explícita de criar ou migrar para ecossistemas alternativos de comunicação, como indicam as menções a *Trump Media* e *Rumble*. Essas plataformas se apresentam como “territórios livres de censura”, um espaço em que regras de moderação são mais flexíveis ou deliberadamente hostis às

regulações aplicadas por gigantes como Meta ou Google. Esse deslocamento conecta o bolsonarismo ao trumpismo, formando um circuito transnacional de comunicação política da extrema-direita, no qual a retórica da censura opera como elo comum.

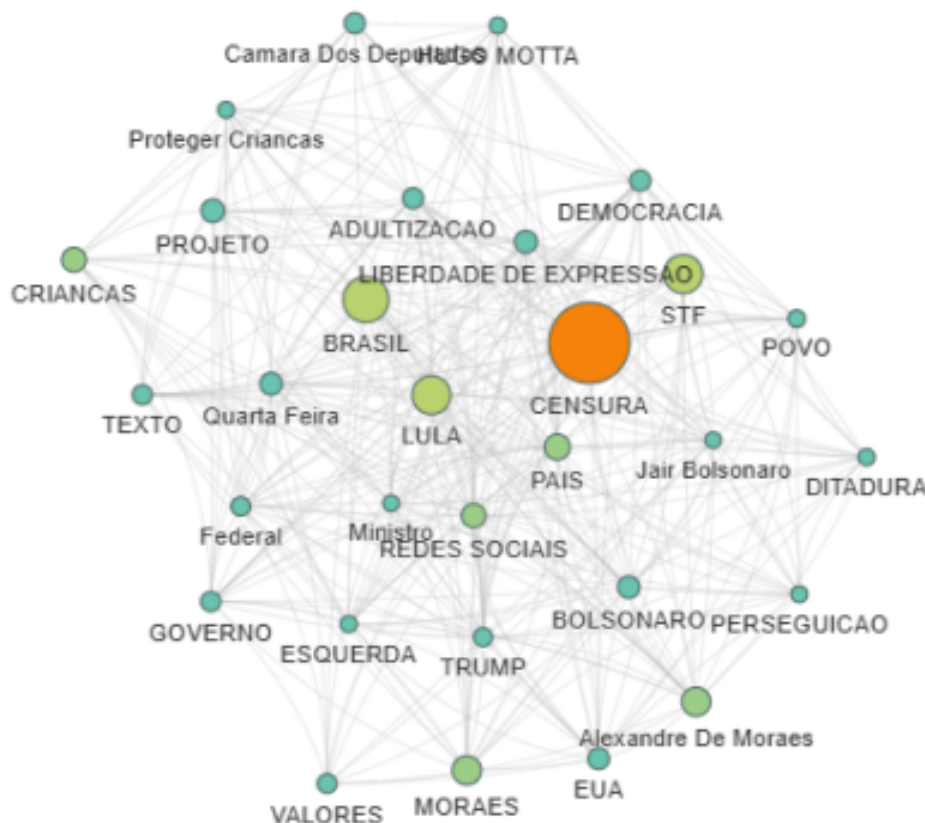
Assim, as comunidades políticas constroem infraestruturas próprias de circulação de informação não apenas para escapar da regulação das grandes plataformas, mas também para consolidar uma identidade de resistência. Nesse processo, o pertencimento a uma plataforma alternativa, como Rumble adquire valor simbólico, funcionando como gesto de afirmação ideológica. Ou seja, não é apenas sobre “onde falar”, mas sobre “com quem falar” e sob quais valores compartilhados.

Termos Relacionados: a semântica expandida da censura nas redes

O grafo semântico revela como o termo “censura” se articula, no espaço digital, a uma série de conceitos políticos, institucionais e sociais. Não se trata apenas de uma palavra isolada, mas de um nó

discursivo em torno do qual se organizam diferentes campos de significação, que vão desde a política institucional até valores culturais e morais.

Um primeiro grupo de correlações liga “censura” diretamente ao **Supremo Tribunal Federal (STF)** e ao ministro **Alexandre de Moraes**. Essa associação reflete o contexto político-jurídico recente, no qual decisões do STF relacionadas à desinformação e à regulação de plataformas foram enquadradas, por setores conservadores e da extrema-direita, como práticas censórias. Na lógica das redes,



esse enquadramento se intensifica pela repetição, em uma amplificação algorítmica de narrativas polarizadoras. Na esfera discursiva, o STF passa a representar uma espécie de metonímia da censura: em vez de ser visto como instituição guardiã da Constituição, é frequentemente descrito como agente de restrição autoritária em um processo evidente de erosão da legitimidade institucional.

No grafo, aparece também o nome de **Hugo Motta**, do partido Republicanos e presidente da Câmara dos Deputados. Sua presença no debate sinaliza que a questão da censura não se limita ao Judiciário, mas se expande para o Legislativo. Motta vem se posicionando em pautas relacionadas à “proteção das crianças na internet” e ao debate sobre regulação de plataformas, muitas vezes em sintonia com discursos conservadores que criticam o STF. Ao articular “censura” com “crianças” e “adultização”, seu papel é mobilizar a narrativa para além da disputa jurídico-política, conectando-a a valores familiares e à moralidade pública. Vale pontuar que o dia final da coleta coincidiu com aprovação do regime de urgência na Câmara do Projeto de Lei sobre proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (PL 2628/22), apelidado de “ECA Digital”, em referência ao Estatuto de Crianças e Adolescentes.

Por fim, os termos “**Brasil**”, “**governo**” e “**esquerda**” indicam que a censura é enquadrada como problema nacional, frequentemente associado ao governo petista. Essa correlação reforça a estratégia de partidarização do termo, vinculando a censura diretamente a um inimigo político. Aqui, vemos em ação o que Hall (1997) descreve como construção discursiva de inimigos internos: a censura é atribuída à esquerda e ao governo federal, consolidando um enquadramento que mobiliza ressentimentos históricos contra determinados atores políticos.

Considerações finais

Os insights a partir do monitoramento pelo termo no intervalo de um ano evidencia que a noção de “censura” foi apropriada sobretudo por atores da extrema-direita como recurso estratégico de mobilização. Mais do que descrever restrições reais à liberdade de expressão, o termo passou a operar como marcador simbólico, sustentado por práticas de repetição, ressonância e engajamento algorítmico. Essa dinâmica aponta para a centralidade das plataformas digitais não apenas como arenas de disputa discursiva, mas como infraestruturas que condicionam o alcance e a legitimidade das narrativas políticas. Por exemplo, a criação do termo “Complexo Industrial de Censura brasileiro” que aparece em uma das postagens dá a entender que há uma institucionalização da censura no país, o que não corresponde exatamente às informações apuradas e divulgadas a partir do jornalismo profissional; ao mesmo tempo, uma reportagem do jornalista Glen Greenwald, norte-americano que vive no Brasil e que segue a ideologia da liberdade de expressão irrestrita da primeira emenda da Constituição norte-americana é citada

como prova de que existe censura institucionalizada (no caso a censura só seria dirigida ao ex-presidente Jair Bolsonaro).

- **Desafios institucionais:** A associação sistemática entre STF e “censura” mostra um processo de tentativa de erosão da legitimidade institucional do órgão, em que a esfera digital reconfigura percepções de autoridade. Esse quadro impõe desafios tanto para a comunicação pública quanto para a regulação democrática das plataformas, exigindo estratégias que combinem transparência, literacia midiática e sociotécnica e fortalecimento de contra-narrativas capazes de disputar sentidos.
- **Tensões globais e locais:** A articulação entre bolsonarismo e ecossistemas digitais alternativos como Rumble reforça a dimensão transnacional da retórica da censura, em diálogo com o trumpismo e outros movimentos da direita radical global. Para esta corrente, tudo o que contestar a hegemonia dos políticos e ideólogos do seu espectro político é automaticamente convertido em “censura” e ataque à sua “liberdade de expressão”. No entanto, a tradução local dessa agenda conecta-se a valores específicos do contexto brasileiro, como a moralidade familiar, a religiosidade e o ressentimento em relação a instituições estatais, que visa enfraquecer as instituições brasileiras ao invés de enaltece-las, o que seria esperado de pessoas que dizem amar seu país e serem “patriotas”.

Os aspectos demográficos que emergem deste recorte apontam para uma hegemonia de vozes masculinas, sem a presença de diversidade que poderia dar um tom de debate e disputa à percepção de censura, bem como uma tendência à personalização da censura (apesar do “Complexo Industrial de Censura brasileiro”) no ministro Alexandre de Moraes e o STF, o que também é uma tendência mundial na tática de avanço da direita radical: a desmoralização e enfraquecimento do sistema judiciário dos países nos quais prosperam. Embora Bia Kicis apareça como uma apoiadora sistemática deste discurso transnacional, a hegemonia é de vozes masculinas, deixando claro que as mulheres estão sistematicamente fora do debate. Também faltam vozes racializadas e de grupos minoritários como LGBTQIAP+.

- **Perspectiva para pesquisas futuras:** Nota-se uma tendência de dinâmicas de postagens para objetivos políticos, como fazem os deputados Bia Kicis e Mario Frias, que mantém a “cauda longa” do discurso ao longo do tempo e que eventualmente é acionado por Jair Bolsonaro. É também uma estratégia de descentralizar o discurso e imunizar o ex-presidente. Esta tendência pode ser aprofundada em pesquisas sobre a apropriação dos ambientes digitais por políticos.

Além disso, emerge a necessidade de se entender como o jornalismo profissional como **G1** e **GloboNews**, por sua vez alvos de campanhas de sentimento anti-imprensa sistemáticas pelo mesmo grupo observado neste social listening paradoxalmente registram presença relevante mas que, ao focar sua cobertura em decisões do STF e das medidas regulatórias que envolvem plataformas digitais, reforçam o protagonismo dos antagonistas às próprias práticas jornalísticas que visam a objetividade e uma certa imparcialidade que se restrinja à cobertura dos fatos. Seria uma oportunidade de rever a cobertura jornalística tradicional em comparação com cobertura enviesada de veículos como Jovem Pan. Era de se esperar que o sentimento negativo sobre “censura” predominasse, afinal, ninguém quer ser censurado. No entanto, é preocupante quando a regulamentação das plataformas digitais seja associada à censura, pois talvez algum tipo de feedback negativo em relação a crimes cometidos virtualmente seja necessário para a continuidade civilizatória. Isso aponta na direção de que os atores sociais aqui citados estão sendo bem-sucedidos ao impor a abertura de uma “janela de Overton” (Dafaure, 2020) sobre o que é considerado censura pela opinião pública. Ou seja, no ambiente digital promove-se uma alteração significativa da opinião pública sobre a concepção do que é censura, igualando o ato censório à necessária regulamentação das plataformas das Big Techs. A dinâmica é manter um platô conflitivo (Cesarino 2022; Moraes et al., 2017) no qual há uma disputa permanente sobre o significado contemporâneo de “censura” no Brasil nas redes, além da tentativa de ligar o STF a práticas de censura, no qual um termo vira sinônimo do outro. Assim, o conflito não se resolve, mas se estabiliza e irrompe de tempos em tempos com mais força .

Referências bibliográficas

CESARINO, L. **O mundo do avesso**. Verdade e política na era digital. Ubu, São Paulo, 2022.

DAFAURE, Maxime. The “Great Meme War”: the Alt-Right and its Multifarious Enemies. **Angles, New Perspectives on the Anglophone World**, n. 10, 2020.

HELMOND, Anne. The platformization of the web: Making web data platform ready. **Social media+ society**, v. 1, n. 2, p. 2056305115603080, 2015.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018.

TUCHMAN, Gaye. The news net. **Social Research**, p. 253-276, 1978.

CAMMAERTS, Bart. **The circulation of anti-austerity protest**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018.

GERBAUDO, Paolo. Social media and populism: an elective affinity?. **Media, culture & society**, v. 40, n. 5, p. 745-753, 2018.

HALL, Stuart et al. The spectacle of the other. **Representation: Cultural representations and signifying practices**, v. 7, p. 223-290, 1997.

MORAIS, Lucas et al. Plataformas digitais e a disputa por sentidos: o conceito de platô conflitivo. In: **Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM**, Curitiba, 2017.

TUFEKCI, Zeynep. **Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest**. Yale University Press, 2017.

© Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura - Universidade de São Paulo.

Como citar: Baldin, V. P; Ramos, D. O. Monitoramento Digital da Censura: Tendências e Discursos Online (2024–2025). **Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura**, Universidade de São Paulo, Relatório, 2025. DOI: <https://doi.org/10.29327/5661759>.